

22 SET 2004

Governo começa a decidir amanhã se vai aumentar o superávit fiscal

Lula avaliará com ministros medida que valeria somente para este ano

Ailton de Freitas

Regina Alvarez, Luiza Damé e Valderez Caetano

• BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reúne amanhã com os ministros do núcleo de coordenação do governo e, pela primeira vez, vai discutir num fórum mais amplo a proposta do Ministério da Fazenda de elevar o superávit primário das contas públicas (receitas menos despesas, sem contar os gastos com juros). Antes de embarcar para Nova York, Lula recomendou cautela e propôs uma discussão mais aprofundada dentro do governo sobre a proposta, pois tem recebido versões desencontradas sobre o impacto dessa medida no crescimento econômico.

O ministro da Casa Civil, José Dirceu, confirmou ontem que o governo estuda a possibilidade de aumentar a meta de superávit primário acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas somente este ano. A meta de 2004 é de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). O ministro garantiu que a elevação da meta não se estenderá a 2005 e 2006. Mas a equipe econômica não apóia esta idéia.

Fazenda e BC querem estender alta para 2005

Segundo Dirceu, a proposta de alterar o superávit foi apresentada por ele e pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ao presidente Lula.

— Não se trata de aumentar o superávit fiscal para 2005 e 2006. Trata-se do Orçamento deste ano, de fazermos um esforço, que o presidente vai decidir, para que o país possa não sofrer outras turbulências. Não há mudança no superávit fiscal dos próximos anos — afirmou Dirceu, logo



JOSÉ DIRCEU: "Trata-se de fazermos um esforço para que o país possa não sofrer outras turbulências"

depois de instalar o Fórum das Estatais pela Educação.

O Ministério da Fazenda e o Banco Central (BC), entretanto, gostariam que a elevação do superávit primário valesse também para o ano que vem. O BC considera que a medida só terá efeito concreto sobre as expectativas de inflação e poderá aliviar um pouco o aumento dos juros se valer também para 2005. Também contribuiria para dar uma amostra de comprometimento com a austeridade no momento em que acabará o atual acordo com o FMI, cuja cláusula de avaliação é o superávit fiscal.

O ministro Palocci espera convencer o presidente Lula de que essa medida vai contribuir para uma elevação menor da taxa de juros e abrirá mais espaço para o crescimento da economia. A corrente que discorda da proposta — os chamados desenvolvimen-

tistas, que contam com a simpatia do Ministério do Planejamento — alega que não há garantias de que o aumento do superávit primário evitará um aumento mais acentuado dos juros e que a medida, combinada com a alta da Selic, teria um efeito recessivo na economia, freando os investimentos e o crescimento.

Aliados do Planalto no Congresso resistem à idéia

No Congresso, os aliados do governo também resistem a uma mudança. Se depender do presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Paulo Bernardo (PT-SC), o governo não vai alterar a meta de 4,25% do PIB:

— O governo, na prática, já está fazendo um superávit maior. Ficar mexendo no Orçamento é muita confusão. O mercado se move pelos sinais, e o governo está dando sinais

de um superávit maior.

O governo está vivendo, na prática, um doce dilema, que é decidir o que fazer com o excesso de arrecadação previsto para 2004. O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, estima que a arrecadação ficará R\$ 12 bilhões acima do esperado, já descontadas as transferências para estados e municípios. A idéia de aumentar o superávit surgiu por causa dessa folga no caixa.

Participam da reunião de coordenação com o presidente Lula os ministros José Dirceu, da Casa Civil; Antonio Palocci, da Fazenda; Aldo Rebelo, da Coordenação Política; Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência; Jacques Wagner, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; e Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação de Governo. ■